

Fase difícil, mas não desalentadora

Não só empresários e analistas, mas também integrantes da área econômica do governo, se surpreenderam com o baixíssimo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2001 (0,79% em relação aos primeiros três meses do ano anterior). Não se esperava uma queda tão abrupta em relação ao primeiro trimestre, quando o produto se expandiu 4,8%.

O efeito combinado da alta do câmbio e dos juros e, em certa medida, do racionamento de energia, que teve início em junho, produziu um forte impacto sobre o produto industrial, que registrou um crescimento de apenas de 0,49%, taxa que contrasta com o vigoroso aumento de 5,78% no primeiro trimestre. Apesar de o setor agropecuário ter ido bem, exerceu pouca influência, devido ao peso relativamente pequeno do setor no cômputo do PIB.

Com isso, está praticamente descartada a possibilidade de que o PIB possa ter um crescimento de 2,7% em 2001, conforme vinham estimando os técnicos do governo. Como observam economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), seria necessário que o PIB se expandisse 3% no segundo semestre para que pudesse alcançar a taxa anual de 2,7%, o que é considerado altamente improvável. Dadas as incertezas, as previsões tornam-se muito difíceis, mas não cremos que o Brasil esteja se encaminhando para uma recessão.

A expectativa é que a intensidade das pressões se reduza de ora em diante. A instabilidade no mercado cambial é atribuída diretamente à situação na

Argentina. Surgem notícias de que o Fundo Monetário Internacional (FMI), junto com um grupo de bancos, estaria preparando um pacote de ajuda àquele país, no valor de US\$ 12 bilhões. Ainda que o valor não venha a ser esse ou que as gestões ainda demorem, a expectativa é que as instituições internacionais e os grandes bancos credores da Argentina proporcionarão uma ajuda ao país vizinho para

um reforço de suas reservas cambiais.

Expansão do PIB no 2º trimestre decepcionou, mas os maiores problemas são de curto prazo

As próximas semanas serão decisivas, mas não é otimismo demais esperar que, com a eliminação desse foco constante de inquietação, as pres-

soes sobre o câmbio possam ser consideravelmente reduzidas. Com o desaquecimento da economia que se observa e com a tendência declinante dos preços, o Banco Central (BC) pode e deve retomar a política de redução gradativa dos juros.

De fato, entre os fatos mais preocupantes quanto à conjuntura atual, está a redução de investimentos no aumento da produção. A indústria de bens de capital teve um crescimento robusto no segundo trimestre de 2001 (expansão de 15,2% em relação aos primeiros três meses do ano passado), mas os empresários da área manifestam suas preocupações com um grande decréscimo no volume de encomendas. Também o BNDES registra uma queda

de 40% nos pedidos de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos.

Em parte, isso pode ser explicado pelo elevado número de pedidos já feito pela indústria para projetos atualmente em andamento. Mas é visível a relutância das empresas em investir não só em razão da queda da demanda interna, como também pelas limitações impostas pelo racionamento de energia.

Estruturalmente, talvez esse seja o obstáculo mais sério à expansão neste momento. Felizmente, porém, é um problema que poderá ser muito amenizado a curto prazo. Espera-se que, a partir do próximo mês, as chuvas retornem e, gradativamente, a capacidade de geração de energia elétrica possa aumentar. Ao mesmo tempo, começam a entrar em funcionamento, no fim deste ano, algumas termelétricas de grande porte.

É possível que o racionamento se estenda pelo período do próximo verão, podendo os cortes obrigatórios vir a diminuir, se não para os consumidores residenciais, pelo menos para a indústria. Seja como for, não são poucas as indústrias que têm feito adaptações para contornar os efeitos da crise de energia. Como a demanda tende a aumentar nos últimos meses do ano, a indústria redobrá os esforços para atendê-la.

Ainda que, na pior das hipóteses, o PIB tenha um crescimento de 1% neste ano, isso não configurará uma recessão, mesmo porque há todos os motivos para esperar uma retomada a partir do primeiro trimestre de 2002. ■